

SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA ABDICAÇÃO: leituras do 7 de abril de 1831

ON HISTORIOGRAPHY AND ABDICATION: Interpretations of April 7, 1831

Matheus Antunes Ferraz de Jesus¹

RESUMO

Este artigo busca analisar as interpretações da abdicação no Primeiro Reinado do Brasil ao longo da historiografia dos séculos XIX, XX e XXI. José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, John Armitage, Justiniano José da Rocha e Francisco de Sales Torres Homem, junto com a historiografia contemporânea, desempenham papéis fundamentais na análise da cena política desde a Independência até os primeiros anos da Regência. A metodologia adotada envolve uma revisão bibliográfica abrangente. As percepções da abdicação variam ao longo do tempo, mas há consenso de que foi um momento de inflexão política, gerando instabilidade e oportunidades de transformação. A tradição política portuguesa influenciou o governo de D. Pedro I, sendo interpretada como uma segunda independência, marcando o fim da influência portuguesa e o surgimento de uma visão distinta do Brasil em relação à Europa. A visão de uma revolução liberal, com a participação popular na fundação de um governo liberal, é destacada no século XIX. Na historiografia do século XX, a ideia de uma segunda independência persiste, mas nas décadas de 1970 e 1980, a abdicação é reavaliada como um momento de inflexão conservador. No século XXI, a pesquisa se amplia para incluir diversos indivíduos, evidenciando o impacto da abdicação em todas as camadas sociais e elementos, como a imprensa, revelando a complexidade do contexto histórico.

Palavras-Chave: Primeiro Reinado. Revolução. Abdicação. Historiografia.

ABSTRACT

This article aims to analyze interpretations of the abdication during Brazil's First Reign throughout 19th, 20th, and 21st-century historiography. Individuals such as José da Silva Lisboa, Viscount of Cairu, John Armitage, Justiniano José da Rocha, and Francisco de Sales Torres Homem, along with contemporary historiography, play crucial roles in examining the political scene from Independence to the early Regency. The methodology involves a comprehensive bibliographic review. Perceptions of the abdication vary over time, but there is a consensus that it was a moment of political inflection, generating both instability and transformative opportunities. The Portuguese political tradition influenced Dom Pedro I's rule, interpreted as a second independence, marking the end of Portuguese influence and the emergence of a distinct vision for Brazil compared to Europe. The view of a liberal revolution, with popular involvement in establishing a liberal government, is emphasized in the 19th century. In 20th-century historiography, the notion of a second independence persists, but in the 1970s and 1980s, the abdication is reassessed as a conservative turning point. In the 21st century, research expands to include various individuals, highlighting the abdication's impact across all social strata and elements, such as the press, revealing the complexity of the historical context.

Keywords: First Reign. Revolution. Abdication. Historiography.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) - Campus Irati, mestrando no Programa de Pós-graduação em História da mesma universidade. E-mail: matheusferraz555@gmail.com

INTRODUÇÃO

A historiografia voltada para o estudo da formação do Estado Nacional é vasta e diversa. Inúmeros autores de premissas teórico-metodológicas e posicionamentos políticos distintos se preocuparam em reconstruir historicamente tal tema que, por sua vez, adquiriu um dos lugares de maior destaque no interior da pesquisa acadêmica referente à história do Brasil. Nesse âmbito, é fundamental ressaltar que não se pretende aqui esboçar uma síntese historiográfica a respeito do tema – atividade essa que demandaria um estudo muito mais específico, aprofundado e minucioso –, mas, sim, apontar alguns aspectos considerados pertinentes para melhor compreender não somente o período final do Primeiro Reinado e a abdicação de D. Pedro I, mas também de que maneira a historiografia referente ao assunto tematizou a questão da *revolução* nesse conjunto de reflexões.

Voltemos um pouco no tempo. De acordo com Cecília Helena de Salles Oliveira, em sua obra *A astúcia liberal* (1999), cristalizou-se em parcela de nossa historiografia a concepção de que a Independência brasileira se desenvolveu no interior de um processo linear e evolutivo, revestido de uma cronologia que possui seu maior relevo entre 1808 (chegada da família real) e 1822 (início do Primeiro Reinado). Nesse sentido, afirma que nas interpretações mais conhecidas sobre a Independência, “apesar das distâncias temporais e das divergências que as separam, e por vezes as opõem, evidenciaram-se certas premissas comuns” (OLIVEIRA, 1999, p. 330), tais como a periodização de episódios e o foco nos protagonistas dos principais eventos destacados. Ainda em relação ao assunto, Oliveira assinala um aspecto bastante corrente em muitos trabalhos, tais como os de Varnhagen, Oliveira Lima e José Honório Rodrigues. Trata-se do entendimento da Independência como significando apenas a separação de Portugal e como algo necessário e que fatalmente deveria se consumir para o “progresso” dos “brasileiros”. Atendo-se a essa ideia, parte da historiografia da Independência centrou-se na separação política entre colônia e metrópole, encarando-a como um fato específico circunscrito a uma realidade bem delimitada, esquecendo-se do seu dinamismo histórico, como bem coloca Wilma Peres Costa, “o amálgama peculiar entre continuidade e descontinuidade tornou-se um componente incontornável do debate sobre a Independência na historiografia brasileira” (COSTA, 2005, p. 56). Isso significa negar todas as modificações internas à sociedade colonial que foram processadas desde fins do XVIII. Questões essenciais como os debates políticos, os conflitos

sociais e as relações de mercado são postas de lado por essas análises frente à simplificadora ênfase dada ao rompimento político, visto, por sua vez, como um “fato” único, mas capaz de gerar outra etapa da história. Focando suas análises na tentativa de explicar a Independência como um episódio, a maioria dos historiadores acaba esquecendo o seu caráter dinâmico e deixa de lado vários aspectos importantes para a compreensão desse assunto (OLIVEIRA, 2020)².

As discussões acima expostas são importantes para o presente trabalho por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o debate referente à Independência acabou por influenciar a percepção de parte da historiografia sobre o Primeiro Reinado e, conseqüentemente, da abdicação, buscando entrever nesta última o desfecho de um processo inconcluso ou mal resolvido, que freava o necessário “progresso” do Brasil. Em outras palavras, a abdicação, por vezes, figura como o ponto culminante de uma narrativa teleológica iniciada com a separação entre Brasil e Portugal. Em segundo lugar, embora a abdicação represente aos olhos da historiografia um marco no processo de construção do Estado nacional brasileiro, há uma excessiva carga factual atribuída à saída de D. Pedro I, sem que se pense com o devido cuidado seus condicionantes históricos.

A partir dessas constatações, sugere-se aqui investigar, sem a pretensão de esgotar o tema, as razões e em que condições históricas e políticas foram formuladas essas cronologias. O que buscamos neste espaço de texto é como esses indivíduos analisaram a cena política do Primeiro Reinado, desde a Independência, perpassando o primeiro reinado de Pedro I, até desaguar na abdicação e nos anos iniciais da Regência. Como foi refletido esse contexto? Tratou-se de uma revolução ou evolução? Quais os elementos, fatores e pensamentos tais personagens estão usando para refletir, analisar essa história política? Como utilizam as questões dessa paisagem política e social do Brasil apresentada no começo do texto para

² Alguns historiadores que revisaram a historiografia apontaram que, principalmente a partir da década de 1980, houve uma busca por novas abordagens no estudo do processo de Independência do Brasil. Ou seja, a afirmação anterior destaca um movimento historiográfico específico desse período. Para mais, ver PIMENTA, João Paulo G. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. **Revista Digital de História Iberoamericana**, S.L., v. 1, n. 1, p. 70-105, 2008. MALERBA, Jurandir (org.). Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c.1980-2002). MALERBA, J. (org.). **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.19-52, 2006b. COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. JANCÓS, I. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p. 53-118, 2005. OLIVEIRA, C. H. S. Independência e revolução: temas da política, da história e da cultura visual. **Almanack**, [S. l.], v. 1, n. 25, p. 1-52, 2020.

pensar nos conflitos que se instalam no Brasil do Primeiro Império?

ABDICAÇÃO E HISTORIOGRAFIA

A questão da interpenetração do tema da revolução e a construção do Estado nacional brasileiro começam já nos primeiros anos do Brasil enquanto nação independente, com a obra *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, publicado no ano de 1827 por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Embora a reflexão de Silva Lisboa (1827) não abrace a questão da Abdicação, seu texto é o primeiro a estabelecer uma correlação entre a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, e os processos de independência e formação de um Estado independente, embutindo nessa conexão uma visão negativa das revoluções, uma marca no pensamento do autor. O livro foi uma encomenda de Pedro I, como um objetivo de Estado, ou seja, formar uma historiografia que solidificasse o poder da monarquia, aquilo que Cecília Helena conceituou como “perpetuação de uma memória” (OLIVEIRA, 2008, p. 23), dando legitimidade ao sistema. Helena denota este ponto no relato de Lisboa: “não foram mencionados explicitamente os acontecimentos que cercaram o fechamento da Assembleia Constituinte e a outorga da Carta de 1824” (OLIVEIRA, 2008, p. 23).

Dentro dessa perspectiva, a construção do Brasil independente, para Lisboa, começa anos antes da Independência formal em si, no dia 7 de setembro de 1822. A revolução, para o autor, se inicia com a chegada da família real portuguesa em 1808, de modo que a projeção do Brasil enquanto Estado autônomo é concebida por ele como um trabalho da monarquia bragantina. A falta de outros interlocutores de movimentos na literatura de Lisboa, mesmo que o autor os cite, é uma questão de dar o protagonismo para o governo joanino, pois ele é o motor do desenvolvimento do Brasil enquanto nação (MARSON, 2009).

Os marcos para esse processo da construção do Brasil são a abertura dos portos em 1808, sendo este ato a quebra do estado colonial e de “submissão” do Brasil pelo viés jurídico, e a elevação em 1815 do Brasil ao *status* de Reino, fato que leva à derrocada o viés político de colônia do Brasil (MARSON, 2009). É assim que Lisboa enxerga a obra da “independência” joanina, a qual, em decorrência da instalação da Corte na América, assinalou a marca do Brasil nesse continente como uma nação monárquica. É com este argumento, de viés conservador, que é refletida a posição do Brasil ante as repúblicas espanholas: a

diferenciação entre uma revolução com as tradições francesas, tais como aquelas ocorridas na América espanhola, e vistas por Cairu como anárquicas, e a revolução com protagonismo do Estado, como a Revolução Gloriosa inglesa do século XVII (OLIVEIRA, 2008). Assim, o conceito de revolução como algo radical e movido pela força popular tem um significado depreciativo na leitura de Lisboa. Entendemos, em primeiro lugar, que a Independência é uma revolução devido à separação dos estados, há uma ressignificação dessa revolução internalizada em Lisboa como uma questão de tradição política. Neste quesito, a ruptura entre Portugal e o Brasil é consequência das ações das Cortes portuguesas em 1821 com os projetos de recolonização e destruição da tradição bragantina no Brasil, propostas essas que não partem do antigo governo absolutista português, mas das Cortes constituintes, pondera o autor.

Partindo dessa percepção, Lisboa enxerga a Independência do Brasil como resultado da experiência que D. Pedro I teve com o governo de seu pai, D. João VI, rei forte politicamente ativo que encabeçou um projeto de poder na América com base no fortalecimento da monarquia lusa. O que D. Pedro I fez foi capitalizar essa estrutura a seu favor, extraíndo sua legitimidade do apoio conferido pelos brasileiros, satisfeitos com a nova situação brasileira desde a instalação da Corte no Brasil. A ação de D. Pedro I foi, portanto, a de perpetuar essa tradição joanina, pois, de outro lado, a representatividade em forma de um governo democrático mostra-se como ruptura dessa tradição de autonomia do Brasil e refutação da figura paternal do Rei, algo posto em causa pela Revolução do Porto. Pode se dizer, nesse sentido, que a revolução da Independência se fez pela continuidade em Cairu, e a ruptura, não com a tradição portuguesa, mas com os projetos de “recolonização” das Cortes.

Cairu é um dos primeiros autores a iniciar um debate que vai percorrer um sinuoso e profícuo caminho. Sua interpretação de que a figura de João VI e uma elite tinham presença incontestada na formação do Brasil independente e na perpetuação de uma estrutura política monárquica será ecoada, por exemplo, pelo IHGB, por Varnhagen, Oliveira Lima e José Honório Rodrigues, estimulando um *topos* relevante na historiografia sobre o Brasil oitocentista: o de perceber a história brasileira como inserida de alguma maneira num contexto de revolução e contrarrevolução característico do início do século XIX.

Na obra *História do Brasil* (1837), o negociante inglês John Armitage, que viveu no Brasil de 1808 a 1831, trouxe nova luz sobre as relações entre a construção do Estado

brasileiro e a questão da revolução. Próximo de figuras associadas ao dito liberalismo moderado, como Evaristo da Veiga, Armitage analisou a história da nova nação a partir do arco temporal de 1808 a 1831, sob a perspectiva de um observador contemporâneo dos acontecimentos.

Para Armitage, há certos marcos importantes para a história do Brasil, como a chegada da família real portuguesa (1808), a Revolução do Porto (1820) e o próprio rumo que levaram as Cortes Constituintes a adotarem medidas supostamente recolonizadoras, pontos estes importantes para a emancipação do Brasil e o revigoramento de uma ideia de monarquia constitucional brasileira que se distancia do absolutismo. Segundo o autor, ao adotar o sistema monárquico liberal, o Brasil acabou, ainda que momentaneamente, se distanciando de países como as repúblicas vizinhas sul-americanas e de Portugal, os primeiros ligados à questão da “anarquia política”, e o segundo, ao atraso do sistema absolutista, estando o Brasil, assim, alinhado a nações ditas “civilizadas”, como a Inglaterra (ARMITAGE, 2011).

A Independência, todavia, não representou o estabelecimento de um quadro de progresso permanente, observa Armitage, posto que ao longo do Primeiro Reinado se desenhou uma revolução “incompleta”. O ponto central era o de que, a partir de 1822, havia se deflagrado uma luta política entre D. Pedro I e a Câmara dos Deputados, em que se opunham, de um lado, a questão da continuidade de certa altura da tradição absolutista e, de outro, do ideal liberal. Para o negociante inglês, D. Pedro I não teve a habilidade de formar um gabinete que conciliasse suas aspirações de uma monarquia cujo centro de equilíbrio gravitava em torno do rei com as da Câmara baixa, em que o Parlamento era a chave da política constitucional. Além disso, a falta de apoio da Câmara aos ministérios decorria da não solução das crises do Primeiro Reinado. Estes pontos, para Armitage, tornaram a figura de D. Pedro I impopular perante a Câmara dos Deputados e demais setores da sociedade, não sabendo o imperador o papel do poder moderador no jogo político, a mistura entre um poder limitado, restringido na Constituição, e a gestão com querer pessoal.

Para o presente trabalho, importa observar que Armitage enxerga a Independência como uma revolução que se torna inacabada no decurso do Primeiro Reinado, justamente pelo fato de que as velhas forças “absolutistas” se fortaleceram dentro do novo sistema. As ações de D. Pedro I são inspiradas em práticas portuguesas atrasadas e anteriores ao constitucionalismo, daí o papel central da abdicação como forma de dar fim a esse elemento

português na monarquia brasileira. Para o autor, o gérmen da abdicação está na postura de Pedro I “nunca ter ele sabido ser o homem do seu povo, – nunca ter-se constituído inteira e verdadeiramente brasileiro” (ARMITAGE, 2011, p. 343), ou seja, não aderir verdadeiramente ao projeto de uma monarquia liberal e, principalmente, de não conseguir se manter constitucional, praticar a Constituição. Dessa forma, a abdicação de Pedro I, na narrativa de Armitage, foi uma sedição de povo e tropa, cujo objetivo era a demissão do novo gabinete, em que voltaram os velhos marqueses e o restabelecimento do antigo que, em suma, tinha a presença de brasileiros natos (ARMITAGE, 2011).

A conclusão da abdicação para o negociante inglês é a seguinte: o revigoramento da monarquia enquanto sistema em virtude da continuação da dinastia Bragança. Segundo ele, a consequência de uma guerra civil caso D. Pedro houvesse respondido de outra forma senão com a abdicação seria o esfacelamento do Brasil, de modo que a monarquia continuou com os laços de firmeza e ligação entre as províncias brasileiras. A ideia que o autor passa é a de que a abdicação solapa os resquícios de Portugal e a revolução de 1822, de caráter liberal, se completa. A instauração de um governo que, primeiro, acolhe a opinião pública, faz-se brasileiro, enquanto formação do sistema, não por integração de brasileiros, e cada instituição conserva a sua função.

Mais tarde, já no Segundo Reinado, vem à tona o texto *O Libelo do Povo*, escrito por Francisco Salles Torres Homem – sob o pseudônimo Timandro – no contexto da dissolução da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 1849. O texto é escrito no mesmo ano da publicação do *Manifesto ao Mundo*, último suspiro dos ideais da Revolução Praieira, em que são debatidos pontos como o voto universal, a liberdade de imprensa total, a restrição do comércio somente para brasileiros, a independência dos poderes e a extinção do Poder Moderador. São estes pontos que embasam a narrativa de Timandro (MARSON, 1980; HOLANDA, s/d.; QUINTAS, 1967).

A questão principal para Timandro é legitimar a conduta dos praieiros, objetivo que pretende ser alcançado por meio de uma reconstituição, sob a forma de drama, da história da revolução no Brasil de 1822 a 1849 (MARSON, 2009). O pano de fundo é a luta entre o chamado “Partido Liberal” – defendido pelo verdadeiro “povo brasileiro” – e o Partido Moderador, este último comandado pelos príncipes da casa de Bragança e por uma facção “recolonizadora”. Assim, Torres Homem diagnostica no passado brasileiro um confronto

persistente entre a “soberania nacional” e a “prerrogativa real”, ou seja, entre o povo e a realeza. Assim, ao historiar o embate entre “espírito nacional” e “interesse recolonizador”, fez um inventário dos momentos de sucesso e insucesso da causa liberal, cujo marco original se encontra na própria “revolução da independência”, quando se firmou um novo pacto entre a nação e a monarquia. Esta, portanto, é entendida por Timandro como uma escolha deliberada da nação, e não como mera continuidade da dinastia Bragança.

Dentro dessa lógica, o papel dado ao imperador é, portanto, de mera formalidade institucional. No início do Primeiro Reinado, D. Pedro foi evocado imperador pelo povo (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009), sua investidura simboliza a queda do poder divino e a ascensão da vontade popular. Neste ponto, entra a questão da própria Independência como uma revolução incompleta: a figura do elemento português é presente, com a representação do absolutismo, mas se configura mesmo assim em revolução em virtude do ato da aclamação do povo. Com esta aclamação de Pedro I há a construção de uma monarquia liberal, a qual deve advir, para Timandro, com uma nova configuração para o papel do imperador: a subordinação à Constituição e ao Parlamento. Em contraposição ao estabelecimento do poder moderador na Constituição de 1824, Timandro coloca que “houve a usurpação da soberania popular por aquilo a que a Corte designa com diversos nomes – soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário.” (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 67).

Os elementos apresentados, como Parlamento, povo, rei, Constituição e nacionalidade, estão presentes no pensamento de Timandro como fatores da revolução desde a Independência, perpassando pelo conturbado governo do Primeiro Reinado e culminando na abdicação. São os conflitos entre esses elementos, especialmente a ação de Pedro I (rei) e dos deputados (Parlamento), que movimentam a cena política do Primeiro Reinado.

Desta forma, compreendemos o significado da revolução, que, para Timandro, é monárquica. No entanto, ela possui um forte poder parlamentar, é liberal e reformista em sua estrutura, além de ser nacional em seu princípio. No entanto, para o povo, não é feita pelo povo.

Nascem daí, para Timandro, as crises do governo do Primeiro Reinado. Pedro I, não sabendo assumir o seu lugar enquanto imperador e não deixando a Câmara dos Deputados atuar em sua totalidade, toma as responsabilidades que couberam a ela e acentua o papel do poder moderador. Conflagra-se aí a luta entre a nacionalidade brasileira, está democrática, e

o despotismo português, representado na organização dos gabinetes de ministros, todos de algum modo ligados a ações absolutistas ou, de outra forma, despóticas. O princípio da luta é entre um governo moderno e um governo retrógrado, pois D. Pedro I se valia da estrutura herdada de seu pai para a construção e funcionalidade da política imperial (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009).

As condições dos atos de Pedro I ante o Parlamento são os fatores que se acumulam e se projetam como um ataque à pátria, um ataque do absolutismo, um ataque que emana de um centro, representado pela continuação do elemento português. Assim, para o autor, a revolução de 1822 se faz incompleta, assim como já notara Armitage. Este acirramento entre dois lados que se fortalece em 1826 é intensificado no ano de 1830, porque os deputados que tinham fontes de poder diferentes e posições políticas diferentes dos ministros levam à “revolução” de 7 de abril de 1831, ou seja, à revolução completa.

A abdicação é entendida por Torres Homem como uma vingança do povo: ““o sangue dos mártires subiu à presença de Deus pedindo justiça; a consciência pública ofendida jurou vingança; e o 7 de abril veio cumprir o juramento!”” (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p.70). E com a abdicação, conclui-se também a presença ativa do elemento português na política do governo e do Estado brasileiro; situação na qual ocorre a transição de práticas conservadoras para a ação liberal brasileira. É nesta troca de ocupação de espaço que se dá a revolução e a representação da Regência no pensamento de Timandro. E é neste momento que o autor faz bastante referência ao pensamento de Armitage, posto que a abdicação é o progresso da monarquia liberal, sendo essa a singularidade da política brasileira, a qual sofria ataques pelo governo de Pedro I. Com a abdicação ocorre, então, um revigoramento do viés liberal dessa prática. A partir daí a Regência se impõe como um novo período, sendo este espaço da política brasileira a de pura expressão do Parlamento. É nesta ocasião que Timandro enxerga a configuração de um governo puramente nacional, com questões e sujeitos brasileiros.

Em 1855, em meio ao chamado Gabinete da Conciliação, é publicado o panfleto *Ação, Reação e Transação*, escrito por Justiniano José da Rocha, outro jornalista do período regencial e deputado da ala conservadora no Segundo Reinado. Defensor da maioria, teve debates acalorados com Torres Homem sobre esse ponto, além de ser crítico do ministério da conciliação (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009).

Ação, Reação e Transação tem uma linguagem em que o ciclo é o sentido, a “história”

política do Brasil é dividida em períodos, que vai desde a imaturidade da ação política brasileira até a maturidade da transição: 1822-1836 (ação), 1837-1852 (reação) e 1852-1856 (transição) (MARSON, 2009).

Por esse ponto de partida, a reflexão de Justiniano é distinta daquelas aplicadas por Armitage e Timandro, pois, para ele, “vivemos no meio de lutas entre o elemento monárquico e democrático” (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 170). Esta frase leva ao conceito de ciclo presente no pensamento, sendo, assim, entre a inexperiência do Primeiro Reinado, criação dessa experiência na Regência, e o estabelecimento dessa experiência com o regresso conservador e a maioridade.

A leitura do Primeiro Reinado para Justiniano é a presença da falta de experiência dos agentes políticos, de um lado influenciada pela questão social, a qual Justiniano chama de “ciúmes da nacionalidade”, ou seja, os embates entre os brasileiros e portugueses, e de outro, o de cunho político ligado à forma de governar de Pedro I, que buscou apoio na antiga organização herdada de João VI (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 165). Por essa reflexão, a inexperiência é que leva à revolução. O ponto de Justiniano não é ligar uma classe à revolução, como o faz Timandro, e também não é, como Armitage, justificar a revolução de 1831 enquanto uma consequência do imperador de não se enquadrar em uma prática política desenvolvida pelo sistema liberal adotado pelo Brasil. A inexperiência pode ser significada no pensamento de Justiniano como uma falta de perspectiva histórica, ou seja, sem algum tipo de exemplo, escola, base na história em que se tem a presença de uma prática para situar o exercício da governança. Nesse sentido, a inexperiência está ligada à presença do que o escritor chama de “paixões”, elemento atrelado à ação democrática – a ação popular –, algo oposto a uma prática política ordenada.

Para Justiniano, a questão da revolução de 1831 é condicionada a alguns fatores do contexto, sendo presentes a ação da imprensa democrática, a repercussão da revolução de 1830 na França e o envolvimento do exército nesse processo político. A gênese do fortalecimento da posição democrática é a ligação de Pedro I a uma estrutura herdada por João VI, a um tipo de experiência histórica que não havia sentido para o contexto do Brasil independente naquele momento. A consequência da abdicação de Pedro I é o não desenvolvimento da anarquia generalizada, porque é na figura de D. Pedro I que se reúnem as críticas do povo (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009). Nas palavras de Justiniano, D. Pedro é

o “expio” das paixões do povo. Também a abdicação é um movimento que assegura a monarquia e a continuidade da dinastia Bragança no trono brasileiro.

Em resumo, a configuração da revolução em Justiniano da Rocha é um ponto importante para a política, pois sem ele não haveria espaço para a Regência, que é o período da experimentação, formação de um pensamento brasileiro. É a juventude em confronto com a infância do Primeiro Reinado, conforme aponta Magalhães Júnior (2009): “quantos indivíduos entre eles estariam, que nove anos antes, estavam no mesmo lugar, e a quem para comprimir as impaciências republicanas, que os arrastavam, dizia o patriotismo: Temos treze anos; em treze anos podemos-nos preparar!” (MAGALHÃES JÚNIOR, 2009, p. 187).

* * *

No século XX, com o advento da república e o progressivo alastramento da ciência histórica no país, alguns historiadores e intelectuais passaram a se debruçar sobre a história do Brasil oitocentista. Os escritores dessa primeira metade do século XX – muitos deles taxados posteriormente sob o rótulo de “intérpretes do Brasil” – estavam preocupados em explicar a formação da nossa sociedade e, em muitos casos, dar uma explicação plausível para a gênese da nacionalidade brasileira e das singularidades do país.

Um dos primeiros autores dentro do que podemos chamar de uma historiografia profissional foi Manuel de Oliveira Lima. Na obra *Formação histórica da nacionalidade brasileira* (2012), Lima abre um segmento para a explicação da segunda parte do reinado de D. Pedro I. Os acontecimentos descritos no texto são escalonados até a abdicação do imperador, como fatores que levam ao efeito. Para o autor, no declínio do governo de D. Pedro I está um ponto crítico, o abalo das relações exteriores, temática cara a ele, uma vez que o historiador foca na questão da Guerra da Cisplatina. Arrastando para outros fatores, a derrocada de D. Pedro I deita raízes na política interna, como a abertura da legislatura de 1826. Segundo o autor, num primeiro momento, os deputados estavam dispostos a cooperar com o imperador, mas no trajeto se projetaram como um ente de relevância nas instituições, não como coadjuvantes. Por fim, Lima faz uma ligação entre o desenvolvimento da oposição na Câmara e nas ruas, sendo esse processo um dos marcos do processo da abdicação, e a repercussão da Revolução de 1830, na

França, que foi comemorada no Brasil, incitando ainda mais os liberais presentes no espaço público.

Para Lima, esses fatores levaram ao 7 de abril de 1831, um movimento popular e da tropa contra um gabinete formado de governistas (portugueses). Segundo o autor, a abdicação de D. Pedro I foi um movimento “sábio”. Lima escreve que não foi uma ação tomada no calor do momento, mas um desejo do imperador havia algum tempo. A coroa para D. Pedro II estava garantida. Já ao Duque de Bragança cabia seguir para Portugal para defender o trono de sua filha, D. Maria da Glória. Segundo o autor, a abdicação abriu um processo de abertura para o debate de um projeto para o Brasil ser república ou permanecer monarquia. Mas a presença desse debate não aparece para Lima como uma ameaça ao sistema; ao contrário, a monarquia prevaleceu, mas com um toque democrático e presença forte do Parlamento. Há, de certa forma, uma reedição do princípio do “desquite amigável” que o historiador já havia atribuído ao processo de Independência. Ou seja, se esta foi vista como uma separação amistosa entre Brasil e Portugal, a abdicação também emerge para o autor como um movimento algo natural e necessário para a consolidação do Império do Brasil.

As colocações de Lima a respeito do escalonamento das causas da abdicação e as consequências de adesão a uma monarquia mais liberal, além da preponderância do Parlamento e, principalmente, a questão do asseguramento da unidade nacional, lembram muito as colocações de John Armitage. No entanto, enquanto o autor inglês foca na própria ação de D. Pedro I como garantidor da estabilidade do sistema, para Oliveira Lima foram os liberais *moderados*, na figura de Evaristo da Veiga como líder, que preservaram a monarquia e a união das províncias (LIMA, 2012).

A ênfase da historiografia brasileira, agora desassociada em parte do IHGB, e aos poucos se centralizando em torno das universidades, continuou, dentro dos anos de 1920 e 1930, na tradição de interpretar o Brasil. A ideia central era buscar no passado os problemas da sociedade, para no presente ou futuro serem resolvidos, sendo o conceito de raça visto como um obstáculo, como indica a literatura de Oliveira Vianna. Mas uma virada de eixo nessas interpretações é o nome de Gilberto Freyre, que deslocou de negativa para positiva a questão da mestiçagem e baseou a sociedade brasileira no patriarcado. Apesar das justas críticas feitas à obra de Freyre nos últimos anos, faz-se importante ressaltar a interdisciplinaridade de seus escritos, relacionando história, sociologia e antropologia (ESCOSTEGUY FILHO, 2013).

Entre as décadas de 1930 e 1960 há mais uma renovação na interpretação da sociedade brasileira, especialmente com as obras de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.

Exponente de uma das primeiras interpretações do Brasil de base marxista, Caio Prado Júnior expressa em *Evolução Política do Brasil* que, no processo da Independência, há a consolidação não de uma classe não nativa, mas, sim, de uma “classe superior da “ex-colônia”” (PRADO JR, 1983, p. 52), abrindo-se aí uma clara contradição que germinará a oposição ao governo de D. Pedro I. Esta oposição, para Prado Júnior, é formada pela classe econômica dominante e os radicais democráticos, divergentes, mas congregados embaixo de um só rumo – a contraposição aos reacionários portugueses, sendo estes a roda pedroniana. Desse modo, a Independência é vista também como um processo revolucionário inacabado, sendo o Primeiro Reinado uma transição (PRADO JR, 1983) até a consolidação em 7 de abril. Assim, o movimento da abdicação é a conclusão da reação das classes abastadas e das classes populares nativistas contra os portugueses.

A expressão de Teófilo Ottoni, *journée des dupes*, citada pelo autor, serve para explicar que, sim, houve uma revolução em 7 de abril de 1831, mas, completada, ela foi uma enganação. Num primeiro momento havia uma contradição nas classes nativistas que se opuseram a um estamento retrógrado. Após a abdicação, feita a revolução, há a tomada de poder pela classe abastada nativista, e esta se torna conservadora, por decorrência reacionária contra a classe popular. Assim, *journée des dupes* significa enganação, pois a classe popular, que foi o combustível do processo que levou à abdicação, que realizou a revolução, é neste momento afastada do poder (PRADO JR, 1983). A estratégia agora da classe reacionária é neutralizar os seus antigos aliados, que, nesse momento, aprofundam o processo revolucionário em desordens pelo Império.

Algumas mudanças nos estudos historiográficos se deram no decorrer dos anos 50-70 do século XX. Período da Guerra Fria e momento de reflexão sobre qual seria a inserção do Brasil dentro de um quadro global, desenvolvido ou subdesenvolvido (ESCOSTEGUY FILHO, 2013). Todavia, o objetivo de constatar os males do Brasil sobrevive em parte.

Em a **Herança Colonial – sua desagregação**, texto de 1962, Sérgio Buarque de Holanda explica o processo de Independência e como certas características do sistema colonial português foram dentro do Império tratadas, no sentido de permanências e mutações no processo político do Brasil (HOLANDA, 1965). Para o autor, o processo de Independência do

Brasil foi uma guerra civil entre portugueses reinóis e aqueles nascidos ou residentes na América, não produto de um embate entre colônia e metrópole. Aquilo que podemos chamar de motor do processo, a revolução vintista e a constituição das Cortes portuguesas, afigura-se como uma roupagem antiabsolutista e antibrasileira. Faz-se claramente dois inimigos, que, também, por mais antagônicos que sejam, dentro do Brasil fazem um pacto, e essa aliança faz eclodir a emancipação do Brasil. Decorrendo a Independência, firma-se um imperador de origem lusa. Os próprios brasileiros veem um perigo na presença portuguesa no Brasil e, desse temor contra os portugueses e o medo da recolonização, nasce o sentimento nativista que, ao final, se vira contra o próprio imperador. Desse modo, para Buarque de Holanda, o Primeiro Reinado é uma espécie de um prolongamento da Independência, um alongamento da governabilidade portuguesa, com pouca presença “brasileira”. Portanto, a data que marcaria verdadeiramente a emancipação do Brasil é o 7 de abril. O desfecho desse processo proporciona a emancipação verdadeiramente nacional, retirando a presença lusa do centro do poder. Esse seria um dos primeiros pontos do processo de desagregação da dita herança colonial.

Em *Os Donos do Poder*, obra de 1958, Raymundo Faoro recupera algumas ideias já presentes em Armitage. Para ele, D. Pedro I não soube se fazer brasileiro, ou seja, não conseguiu encarnar em seu modo de governar os princípios liberais de um “governo para o povo e não pelo povo”. Nesse sentido, constata-se que o sistema monárquico foi “reformado na aparência, mas não na substância” (FAORO, 2008, p. 341).

O processo que levou à abdicação tem sua ramificação com a primeira legislatura, mas não teve vigor para formar uma oposição forte; somente a legislatura de 1830, com uma renovação intensa dos personagens do Parlamento, conseguiu fazer o que foi iniciado em 1826. O elo de reunião entre a rua, o Parlamento e o exército é o sentimento nativista, sentimento este que se alimenta do ódio ao português. A união desses três elementos essenciais em torno de um sentimento nativista, nutrido pela ojeriza ao povo luso, deságua no 7 de abril.

Faoro se aproxima de Oliveira Lima a respeito do protagonismo em relação ao contexto da abdicação. Não foi D. Pedro quem assegurou a unidade do sistema monárquico ao abdicar em favor de seu filho, mas, sim, os moderados, principalmente o Senador Vergueiro, Evaristo da Veiga, Diego Antônio Feijó e Bernardo Pereira de Vasconcelos. Em suma, a abdicação, num primeiro momento, se afigura como um complemento da Independência. Porém, alerta Faoro,

seu resultado foi uma enganação. Com um ideal fortemente liberal no início, os *moderados* que tomaram o processo para si logo se transformaram em conservadores.³

Desse modo, o interessante da abordagem de Faoro é a adoção de uma visão mais dilatada, em que a abdicação passa a se inscrever num processo político de maior envergadura, que é o da formação do patronato e do estamento burocrático brasileiros a partir da complexa e tortuosa apropriação da herança burocrática lusa.⁴ Para o autor, portanto, a abdicação carrega em si esperanças de reformas profundas no sistema político do Império, mas com a paulatina instauração da Regência e os moderados no poder, há um revés. Este se explica pelo sentimento de prudência dos moderados com relação à revolução, a qual, levada até às últimas consequências, poderia conduzir o governo à ruína e, uma vez soltas as rédeas, o carro não poderia ser mais controlado. Assim, para o autor, a “entidade abstrata, o povo, e as concretas aspirações de renovoamento constitucional cederam o lugar aos representantes da nação, cada vez mais independentes das suas informes origens” (FAORO, 2001, p. 94). A revolução prometida tornar-se-ia, futuramente, em regresso conservador.

A partir da década de 1970, com a ampliação dos cursos de pós-graduação em Ciências Humanas pelo país afora, novas perspectivas sobre o Brasil oitocentista começam a ser propostas. Seja em estudos de síntese ou de pesquisa empírica aprofundada, pesquisadores começam a adensar o olhar sobre momentos específicos do Brasil imperial. Um dos textos mais importantes desse momento, hoje considerado clássico, é aquele intitulado *A experiência republicana* (1972), de Paulo Pereira de Castro, cujo maior mérito foi lançar novas searas interpretativas a serem desbravadas posteriormente a respeito do período regencial.

Para Pereira de Castro, o 7 de abril deve ser enxergado como um projeto gestado desde 1829 por “certos grupos, portadores de 'ideias liberais muito avançadas' reunidos em sociedades” (CASTRO, 1972, p. 9). Seriam estes identificados por Pereira Castro como os farroupilhas. E o principal motor da revolução foi o sentimento nativista. A revolução de forma

³ Esta mudança pode ser observada no famoso discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos: “Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; por isso sou regressista.” CARVALHO, José Murilo (org.). **Bernardo Pereira Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 9.

⁴ Sobre o tema, ver GONZALES, Marcelo Sasso. Resenha do livro *Os donos do Poder: formação do patronato brasileiro*, de Raymundo Faoro. **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**. São Paulo, v.1. n. 4, p. 169-172, Jan/Abr. 2022.

progressiva é explicada pelos movimentos de certos grupos nas províncias. Esta tática seria o de desfechar uma série de golpes, gradualmente aglutinar o povo em torno de pautas provinciais e, assim, refrear as ações do governo central.

Num primeiro momento, essa tática teve concentração em manifestações regionais; em plano nacional havia quase um vácuo. Os exaltados, segundo o escritor, eram aqueles que estavam cabeceando o movimento, mas não tinham um plano que levasse a uma coesão dessas organizações. Recorreu-se a vários nomes, o primeiro deles Barbacena, ministro do Império, que tentou formar uma política de conciliação entre o Parlamento e o governo (CASTRO, 1972). Mas este declinou e o nome que veio a ser preferido foi o de Vergueiro. Foi esta aliança entre os moderados e exaltados que desembocou na abdicação, sendo o barril de pólvora a troca do ministério do dia 5 de abril. Foi a causa principal para a abdicação, segundo Pereira de Castro.

As conclusões da abdicação no plano político não passaram de uma *journée des dupes*. A explicação do uso dessa expressão é que no processo da revolução os exaltados eram os protagonistas do movimento, mas quem toma ação depois do 7 de abril são os *moderados*. De forma mais concreta, a formação da Regência Trina Provisória é expressão desse movimento, sendo Vergueiro representante da revolução e da facção dos exaltados colocados na marginalidade, concentrando-se em agitações e outras ações de cunho antilusitanas. Assim, não há citação à fragmentação da nação ou possibilidades para a mutação do sistema político de monarquia para uma possível república. O resultado da abdicação se concentra na cena interna da política imperial.

Na obra *O período regencial* (1982), Augustin Wernet recupera alguns argumentos trazidos por Paulo Pereira de Castro, sobretudo no que se refere ao fato de a abdicação ser entendida como um movimento nativista estruturado por sentimentos liberais (WERNET, 1982). O foco da análise, entretanto, recai especialmente sobre os liberais *moderados*, que, para Wernet, compõem a classe dominante das províncias do Centro-Sul do Império, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Nutridas de um profundo sentimento nativista e antilusitano, essas elites regionais se viam, no Primeiro Reinado, fora da administração pública, controlada mesmo depois da Independência pela antiga administração de D. João VI, arregimentada agora por D. Pedro I. Além disso, esses grupos econômicos e dirigentes locais se viram agredidos em seus ideais liberais com a dissolução da Constituinte e com a forma de punição aos líderes da

Confederação do Equador, bem como com a falta de poder de decisão em assuntos que supostamente caberiam à Câmara dos Deputados, como a elaboração do orçamento. Por fim, queixavam-se da forma de escolha dos senadores, sendo baseada numa seleção própria do imperador e formada, assim, por seus apoiadores.

Diante desses fatores, argumenta Wernet, tais grupos regionais tiveram o ímpeto de se fazerem protagonistas do processo político do Império. E este protagonismo se construiu em forma de oposição na Câmara dos Deputados, onde se aglutinaram os sentimentos nativistas e liberais. Para o autor, o ponto incontornável que levou à abdicação de D. Pedro I foi a troca do ministério em 5 de abril, em que voltou à cena a roda palaciana.

Wernet (1982) enxerga o desfecho da abdicação como um avanço liberal. E como o movimento foi liderado por liberais moderados, na Regência houve a manutenção da monarquia – para o autor, a derrubada do sistema não esteve na pauta, mas não deixa de citar projetos de instauração de uma república – e a permanência da Constituição de 1824. E, de outro lado, recuperando as ideias de Sérgio Buarque de Holanda, afirma que a abdicação “nacionalizou a independência”, ou seja, a classe dominante no Estado foi substituída por uma “mais ligada e identificada com grandes proprietários rurais, muito mais de ‘origem brasileira’” (WERNER, 1982, p. 18). E este efeito, a troca da classe dominante por uma mais nacional, levou à seguridade da união nacional, pois houve a manutenção do sistema socioeconômico, ou seja, da escravidão.

Para Carlos Guilherme Mota, em *Ideias de Brasil: Formação e problemas (1817-1850)* (2000), a abdicação deve ser pensada sob o signo da construção da nacionalidade. E esta construção se deu também na forma de embates políticos, principalmente na composição do Estado, e desses embates surgiram alguns eventos, como o da Independência. Para o autor, a emancipação do Brasil foi uma luta contra os representantes da metrópole. Feita a emancipação, sobrevivem no Primeiro Reinado resquícios da presença portuguesa; continuando o embate, agora dois elementos estão em luta: José Bonifácio e os governistas (representantes do *Ancien Régime*). Desse conflito resultou a derrota de Bonifácio, que foi exilado na França, causando, assim, um abalo à nacionalidade brasileira. Ou seja, a consolidação de um estamento estranho à ideia de uma nacionalidade completa (MOTA, 2000). Deste modo, o 7 de abril, para Mota, configura-se como um momento de inflexão nesse processo, pois as “lideranças ilustradas” tomaram o poder e colocaram em prática uma política que levava em consideração a

participação de elementos provinciais. Sem o peso do poder central durante esses anos, estas lideranças vão consolidar uma identidade nacional a partir de preceitos gerais – embora contraditórios – do liberalismo. Sem um sentimento revolucionário, mas reformistas, pois eram liberais moderados que tomaram a liderança da Regência.

Esta também é a leitura de Maria de Lourdes Viana Lyra sobre a abdicação no texto *O império em construção* (2000). Um processo que começou por volta de 1825 e trouxe ao governo sérios resultados circunscritos à relação com a população e o Parlamento. Neste contexto, a imprensa tem um papel importante na escrita da historiadora, pois é o demonstrativo da oposição forte e crescente ao governo pedrino. Para Lyra, na madrugada do dia 7 de abril, D. Pedro I tenta chamar o Senador Vergueiro, mas já não havia tempo, o grupo de militares estava no campo de Sant'Anna, e ao imperador, sem apoio nenhum, só lhe restava a abdicação.

Para Marcelo Basile, a abdicação foi um movimento que se estendeu para fora do próprio espaço da Corte, reunindo múltiplos personagens, os quais eram congregados pelo sentimento nativista (BASILE, 2009). Para o historiador, a peça-chave para esta congregação, ou seja, o acontecimento que mais arrefeceu esses homens, foi a Noite das Garrafadas no mês de março de 1831. Foi este acontecimento que levou à representação feita na casa do padre Custódio Dias, fazendo com que D. Pedro a aceitasse e empossasse o ministério formado por brasileiros do dia 20 de março, e que no dia 5 de abril foi deposto. Foi este movimento que colocou toda uma multidão de pessoas na Praça de San'Anna no dia 7 de abril. Para o autor, a abdicação não foi resultado somente da ação de homens ligados a espaços formais de política, cerrados a ações de uma elite, mas, sim, de manifestações de ruas, protestos, que não se concentraram somente na Corte, mas se alastraram para o espaço das províncias (BASILE, 2006).

A questão é que, como o próprio autor colocou, diferentemente de outros que denotam a abdicação como um movimento encabeçado principalmente pela oposição parlamentar, Basile coloca acento na participação de uma ampla camada da sociedade e sua ação contundentemente política, assim, explorando o evento de uma forma panorâmica, abrangendo outras camadas.

A leitura geral de Morel (2003) em *O período das Regências* sobre a abdicação recoloca fatores já postos anteriormente pela historiografia. Todavia, o autor desloca, novamente, o olhar da abdicação para D. Pedro I, uma vez que já haveria uma estratégia premeditada pelo imperador desde 1827, quando recebe conselho de Benjamin Constant de abdicar e, por meio

deste, assegurar o trono a Pedro II, garantindo a continuidade da dinastia, da ordem e da monarquia enquanto sistema.

Discorrendo com a mesma perspectiva sobre os fatores que levaram à abdicação, Miriam Dolhnikoff (2017), em *História do Brasil Império*, salienta que a abdicação abre um novo aspecto para a política imperial. Para a historiadora, não era de iniciativa dos liberais moderados dar fim à monarquia, mas sim mantê-la, pois era um sistema que, em si, assegurava a economia escravagista. A autora lembra que um dos embates entre o Parlamento e o imperador foi a assinatura do tratado que colocava fim ao tráfico de escravizados, mas também o grande ressentimento da carta constitucional ser outorgada e não aprovada por uma constituinte com representação nacional. Por mais que criticassem a Constituição de 1824, não queriam formar uma constituinte, pois no entender desses dirigentes, mesmo sendo imperfeita, ela assegurava os preceitos liberais. Deste modo, a abdicação emerge como um momento de ruptura que abriu novas oportunidades, novos projetos, mas quase todos na forma de *reformas* (DOLHNIKOFF, 2017). Tal ímpeto reformista seria uma estratégia para acalmar os ânimos do momento, em que a reforma da Carta de 1824 figura como seu principal exemplo, a fim de atender as demandas das facções presentes no Parlamento. Este processo, alguns autores chamam de freio ao carro da revolução, uma estratégia moderada para assegurar a ordem em momento de convulsão social.

Para Wlamir Silva (2009), em *Liberais e Povo*, a abdicação é um momento de ruptura que pode ser constatado na forma simbólica da representação do monarca. Se em um primeiro momento a imagem de Pedro I era celebrada como herói nacional, depois da abdicação esta imagem seria relida. As cores de que se pintaram este novo retrato imperial eram de tons desmistificadores. No lugar do imperador, novos símbolos renascem com a presença da Constituição e da América, e o velho elemento saindo do Brasil. De herói da independência brasileira, D. Pedro passaria como cabeça de um projeto recolonizador da América. Para o autor, a abdicação é um renascimento para a política interna do Brasil, um momento de proposta de projetos, sem a figura do poder moderador para a observação e a intervenção, um novo tipo de governo cidadão, vista como uma oportunidade para as elites deslocarem o foco da política para um protagonismo provincial, tendo como dirigentes os liberais *moderados*. O ponto fulcral dessa interpretação é a mudança de foco do imperador para elementos nacionais e cidadãos. Seria uma demonstração da pedagogia liberal em ação (SILVA, 2009).

Para José Murilo de Carvalho (2012), em *A vida política*, o 7 de abril primeiramente consolidou a Independência e garantiu a unidade do Brasil. O autor não descarta a imagem da Regência como um momento conturbado com suas revoltas, que representaram uma ameaça ao país. Para Carvalho, o processo que levou à abdicação não foi tranquilo, uma vez que foi perpassado por crescente impopularidade do imperador, sobretudo por suas ações políticas. A revolução na França, em 1830, foi um combustível, um exemplo dirigido aos liberais para endurecer a oposição contra os atos autoritários do imperador. No decorrer do Primeiro Reinado, o clima de tensão levou a uma congregação entre setores do espaço público, como militares, liberais e outras camadas da população que nutriam sentimento antilusitano. Estes fatores levaram à abdicação, uma profunda insatisfação social com o governo imperial, mas o ponto de continuidade da dinastia de Bragança e de manutenção do sistema foi a aceitação do pequeno Pedro, com seus cinco anos, como imperador do Brasil, no campo de Santana, na manhã de 7 de abril (CARVALHO, 2012).

O momento da Regência, para o historiador, foi de experiência, igualando a experiência da América espanhola no processo de suas independências. No Brasil foi um momento de instabilidade, mas segundo Carvalho (2012), o Brasil "passou pelo teste", mantendo a unidade. E o sentimento geral era de "autogoverno"; expurgada a presença das práticas portuguesas na política, a abdicação é vista como uma "vitória liberal".

Neste último texto, José Murilo de Carvalho revive as interpretações que surgiram no século XIX. Essa abordagem não é restrita unicamente a ele, uma vez que outros autores também exploraram ideias originadas daquela época. Portanto, observamos que na historiografia ainda são pensados conceitos usados no contexto da abdicação para explicá-la, embora com diferentes níveis de originalidade por parte dos diversos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender pelas leituras apresentadas que a abdicação foi vista de formas distintas ao longo do tempo, seja por agentes da política do século XIX, seja, posteriormente, por historiadores e historiadoras profissionais. Em que pesem as diferenças de leitura e abordagem, é inegável que há um entendimento compartilhado de que a abdicação constituiu um momento de inflexão política, ora vista como sinal de instabilidade, ora entendida como

janela de oportunidades para a política imperial assumir novos formatos e trazer para o jogo político novos setores sociais.

Uma questão a ser considerada é que, para muitos desses escritores, apesar das diferenças em suas abordagens, há um elo comum: a compreensão de que a tradição política portuguesa estava presente no governo de D. Pedro I. No entanto, ao explorar esse ponto, eles começam a formular suas próprias conclusões sobre o processo político que culmina na abdicação. Esse movimento representa, de fato, uma segunda independência, pois não há mais a influência portuguesa na política brasileira. Ou seja, surge uma visão distinta do Brasil, contrastando com a Europa, onde o liberalismo é a base e uma nova forma de fazer política florescer, livre do antigo elemento, monarquia, frequentemente associada ao despotismo.

Dessa forma, ao considerar-se a abdicação como uma segunda independência, percebe-se a compreensão de um movimento revolucionário, no qual o elemento popular está intrinsecamente ligado à fundação de algo novo: um governo liberal, onde o parlamento representa a voz do povo. Esses elementos também estão presentes na concepção de revolução de Hannah Arendt (1988).

Essa conclusão sobre a revolução liberal é menos proeminente em Cairu, que era um áulico. Em sua escrita sobre a independência, ele tinha como objetivo estabelecer um Estado em que o elemento novo fosse rejeitado, e a tradição permanecesse. Assim, fica evidente que a interpretação da cena política do Império também é influenciada pelo ponto de vista do autor.

No cenário historiográfico do século XX, a ideia de uma segunda independência perdura, como evidenciado na literatura de Sérgio Buarque de Holanda (1965), porém, claramente inserida em outro movimento: o desligamento da tradição portuguesa no contexto político imperial. No entanto, nas décadas de 1970 e 1980, a abdicação é reavaliada como uma *journée des dupes*, ou seja, uma jornada dos enganos, marcando um momento de inflexão. Esperava-se uma progressão na política, mas essa expectativa foi testada em conservadorismo.

À medida que avançamos para o século XIX, os historiadores ampliam suas pesquisas para incluir outros indivíduos, demonstrando que a abdicação não se limita apenas ao círculo do Rio de Janeiro ou a uma classe específica. Ela afetou todas as camadas sociais e envolveu diversos elementos, incluindo a imprensa. Isso revela, de maneira mais aprofundada, o impacto da abdicação nas complexidades da sociedade da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMITAGE, John. **História do Brasil**. Brasília: Conselho Editorial, 2011. p. 454 .

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda Leite *et al.* **História geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil imperial: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 2 v. p. 53-120.

CARVALHO, José Murilo de (coord.). A vida política. In.: SCHWARCZ, Lilia M. (Dir.). **História do Brasil Nação: 1808-2010. A Construção Nacional. 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 2 v. p. 83-130.

CASTRO, Paulo Pereira de. A "experiência republicana", 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História Geral da civilização brasileira: Tomo II, "O Brasil monárquico"**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. 2 v. p. 9-67.

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, I. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005. p. 53-118.

DOLHNIKOFF, M. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 175.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos; SALLES, Ricardo. **História da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013. 1 v. p. 165.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2008. p. 819.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A herança colonial – sua desagregação". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da civilização brasileira. Tomo II, "O Brasil Monárquico"**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965. 1 v. p. 14-47.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Dispersão e Unidade - Reação Monárquica. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s/d.. tomo 2. 2 v.

LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial. 2012. p. 243.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O império em construção**. São Paulo: Atual, 2000. p.136.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três panfletários do segundo reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, 272 p.

MALERBA, Jurandir (org.). Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c.1980-2002). In: MALERBA, J. (org.). **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.19-52.

MARSON, Izabel A. O império das “revoluções” ao império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do império (1822-1950). In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 125-173, 2009.

MARSON, Izabel Andrade. **Movimento Praieiro**: Imprensa, Ideologia e Poder Político. São Paulo: Moderna, 1980. p. 117.

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideias de Brasil: Formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. 2. ed. São Paulo: editora SENAC, 2000. p. 197-240.

OLIVEIRA, Cecília H. de Salles. Repercussões da revolução: delineamento do Império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A Astúcia Liberal**. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820/1824. São Paulo: Bragança Paulista, Ícone/ USF, 1999. p. 330.

_____. Independência e revolução: temas da política, da história e da cultura visual. **Almanack**, [S. l.], v. 1, n. 25, p. 1-52, 2020.

PIMENTA, João Paulo G.. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. **Revista Digital de Historia Iberoamericana**, S.L., v. 1, n. 1, p. 70-105, 2008.

PRADO JR., Caio Prado. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 168.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo**: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830 – 1834). São Paulo: Hucitec, 2009. p. 354.

WERNET, Augustin. **O período regencial**. São Paulo: Global editora, 1982. p. 85.